



Elaboração do PPA 2008–2011: Participação Social





Mudança da Área Política

Em 2003

O Presidente Lula redefiniu a área política do Governo.

Antes:

- **A Secretaria – Geral –PR limitava-se a atribuições de âmbito institucional.**

Hoje:

- **A Secretaria-Geral trata da governabilidade social, inclui os segmentos não “institucionais” no diálogo com o governo Federal – Conceito de “*governabilidade social*”**





Atribuições Secretaria - Geral



De acordo com a legislação que disciplina as atribuições da Secretaria-Geral, a este órgão cabe, no tocante à participação social, *assistir imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições no que se refere ao “relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil e à criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo”* (Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com as alterações determinadas pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 e pela Medida Provisória nº 259, de 21 de julho de 2005)

▪





Como Foi:

Constituição de um grupo gestor: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Casa Civil e Secretaria Geral -PR;

-Realização de reuniões com as principais entidades de representação nacional dos trabalhadores, empresários e movimentos sociais;

- Parcerias: Abong, Inter-Redes, Unesco, Caixa Econômica Federal e Polícia Rodoviária Federal;



A PARTICIPAÇÃO no PPA 2004-2007:

A Orientação Estratégica de Governo foi colocada em Consulta Pública (eram 24 desafios organizados em três megaobjetivos)

Nos 26 Estados e no Distrito Federal foram realizados os Fóruns de Participação Social;

- 2.170 entidades;
- 4700 atores sociais;
- Governadores, prefeitos das capitais e parlamentares.

Resultados

- 30 Desafios:
- 06 novos
- 21 tiveram sua redação alterada





Avaliação do Processo de Participação Social PPA2004-2007

Apesar do Reconhecimento do Ineditismo da Proposta e dos Resultados Alcançados, a percepção de alguns segmentos da sociedade é de que os resultados não foram plenamente satisfatórios.

Problemas Apontados:

Descompasso entre o que se consultava e a etapa do PPA em que os ministérios já se encontravam, prejudicando o aproveitamento das contribuições na programação dos ministérios;

• **Participação em nível menos concreto do PPA** – Orientações Estratégicas de Governo (Desafios), dificultando a visualização das contribuições da sociedade no PPA 2004-2007

• **Dificuldade de Prestação de Contas do Governo** em relação à materialização das contribuições das consultas nos programas do PPA 2004-2007; e

• **Ausência de participação sistêmica ao longo do ciclo orçamentário** (acompanhamento da implementação do PPA)





PPA 2008-2011: Participação Social

A atual proposta parte da compreensão de que a participação social no PPA 2008 – 2011 **já começou com a participação da população nas Conferências realizadas no período 2003-2006**, e continuará, agora, por meio da atuação dos Conselhos, na seleção e **priorização das deliberações das conferências e recomendações da sociedade que dialogam com as orientações estratégicas do Governo para o novo PPA**

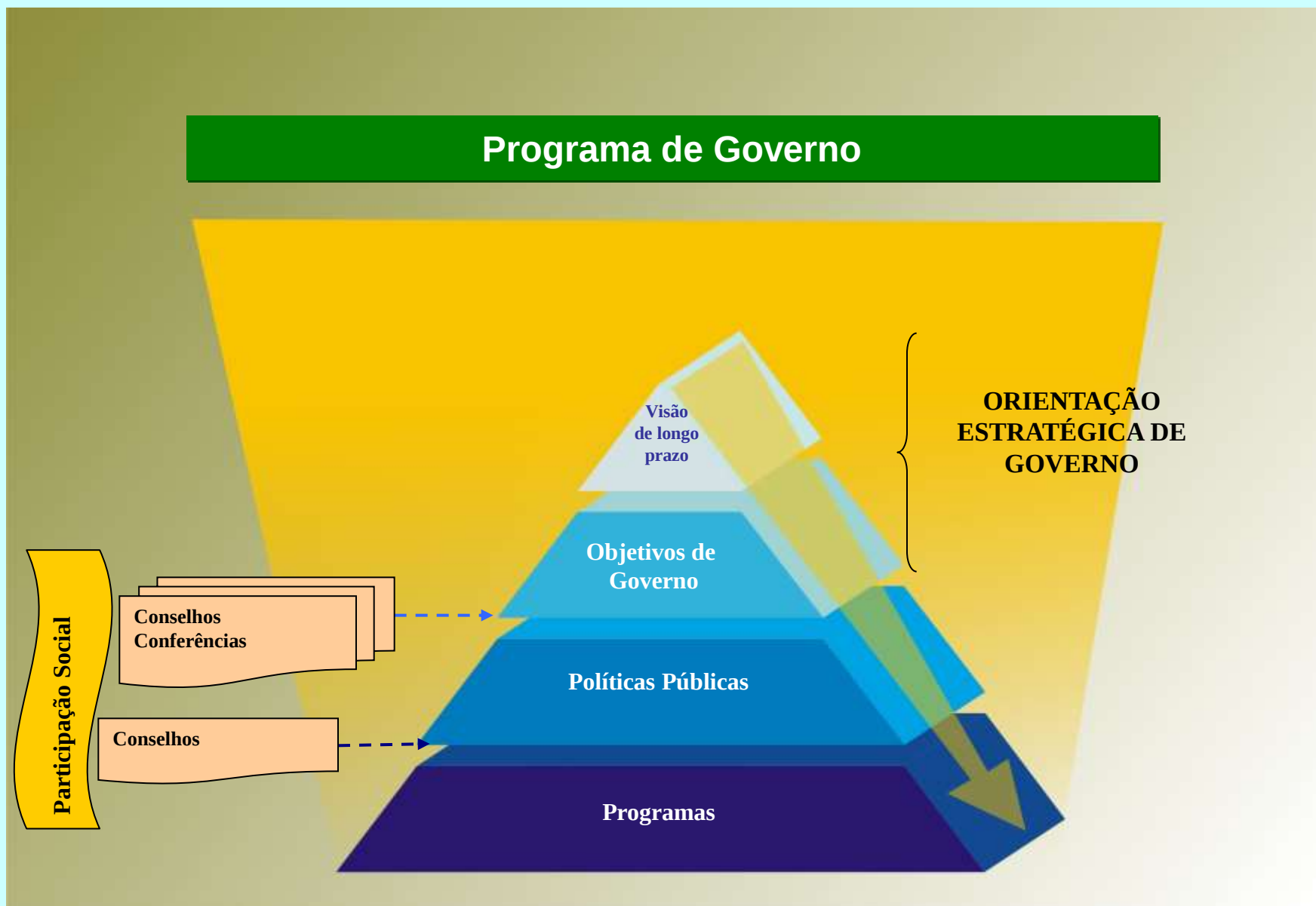
Diretrizes:

- Valorização dos canais de participação social existentes (conselhos, conferências, fóruns, etc);
- Construção conjunta das diretrizes ministeriais (problemas e políticas públicas) entre ministérios e conselhos para elaboração do PPA;
- Transparência para a sociedade do aproveitamento das contribuições no PPA 2008-2011
- Participação Social na implementação do PPA (ao longo do ciclo orçamentário)





Etapas do PPA 2008-2011: Momento da Participação Social



Processo de Elaboração do Plano Plurianual 2004-2007

Programa de Governo "UM BRASIL PARA TODOS"





PPA 2008-2011: Participação Social

Avanços da Atual Proposta

- A participação da sociedade se realizará em um nível mais concreto do PPA, qual seja, na construção das políticas que, posteriormente, em um nível mais técnico, poderão ser transformadas em programas pelos ministérios.
- Por ocorrer em nível mais concreto haverá maior facilidade de prestação de contas para a sociedade (realimentação) por parte do Governo em relação à materialização das contribuições da sociedade que puderam ser transformadas em programas no PPA 2008-2011.
- Criará “*Porta de Entrada*” (no ciclo orçamentário) para as deliberações das conferências nacionais, que representam as demandas da sociedade, manifestadas de forma legítima nos âmbitos municipais, estaduais e nacional.



O que são as Conferências?

As Conferências Nacionais são consideradas espaços mais amplos de participação, onde representantes do Poder Público e da sociedade discutem e apresentam propostas para o fortalecimento e adequação de políticas públicas específicas.

São responsáveis pela construção e criação de novos direitos sociais, concedendo (cidadania ativa)

Mobilizam a sociedade desde o município até escala nacional



No período 2003/2006 a participação da população em Conferências foi inédita

Realização de **39** Conferências Nacionais

- **Realização de 04 Conferências Internacionais.**
- Participação de cerca de dois milhões de brasileiros/as nas conferências municipais, regionais, estaduais e nacional. (excluindo os estudantes que participaram das conferências infanto juvenis de meio ambiente.)
- 12 Conferências foram realizadas pela primeira vez e a Conferência de Direitos Humanos foi pela primeira vez convocada pelo Executivo.



12 Conferências Realizadas pela 1ª Vez:

- 1ª Conferência Nacional das Cidades;
- 1ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil do Meio Ambiente;
- 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência;
- 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa;
- 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres;
- 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca;
- 1ª Conferência Brasileira sobre APL – Arranjos Produtivos Locais;
- 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica;
- 1ª Conferência Nacional dos Povos Indígenas;
- 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária; e
- 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica

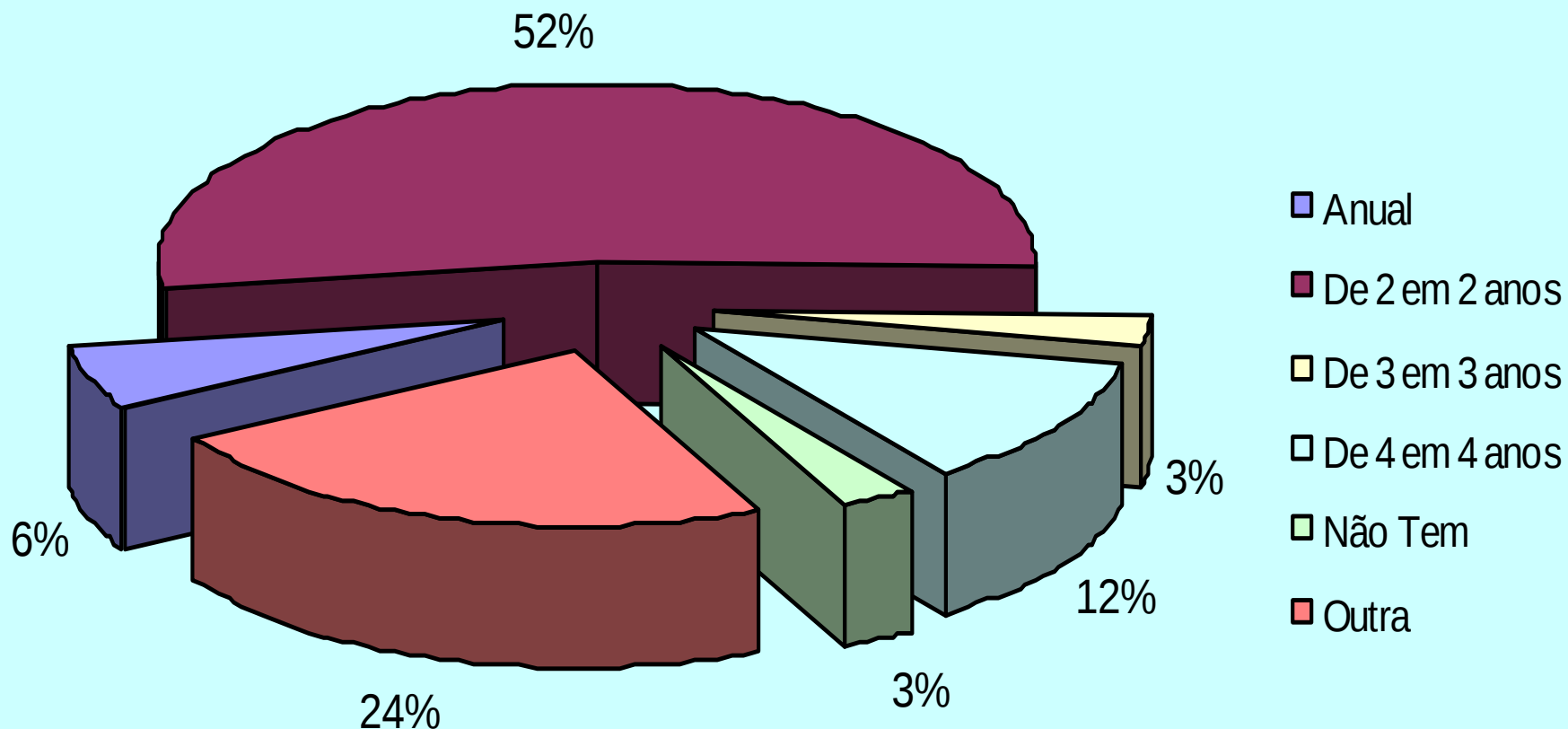


Pesquisa: Conferências Nacionais 2003-2006: Alguns Resultados



CONFERÊNCIAS

Periodicidade de Realização das Conferências



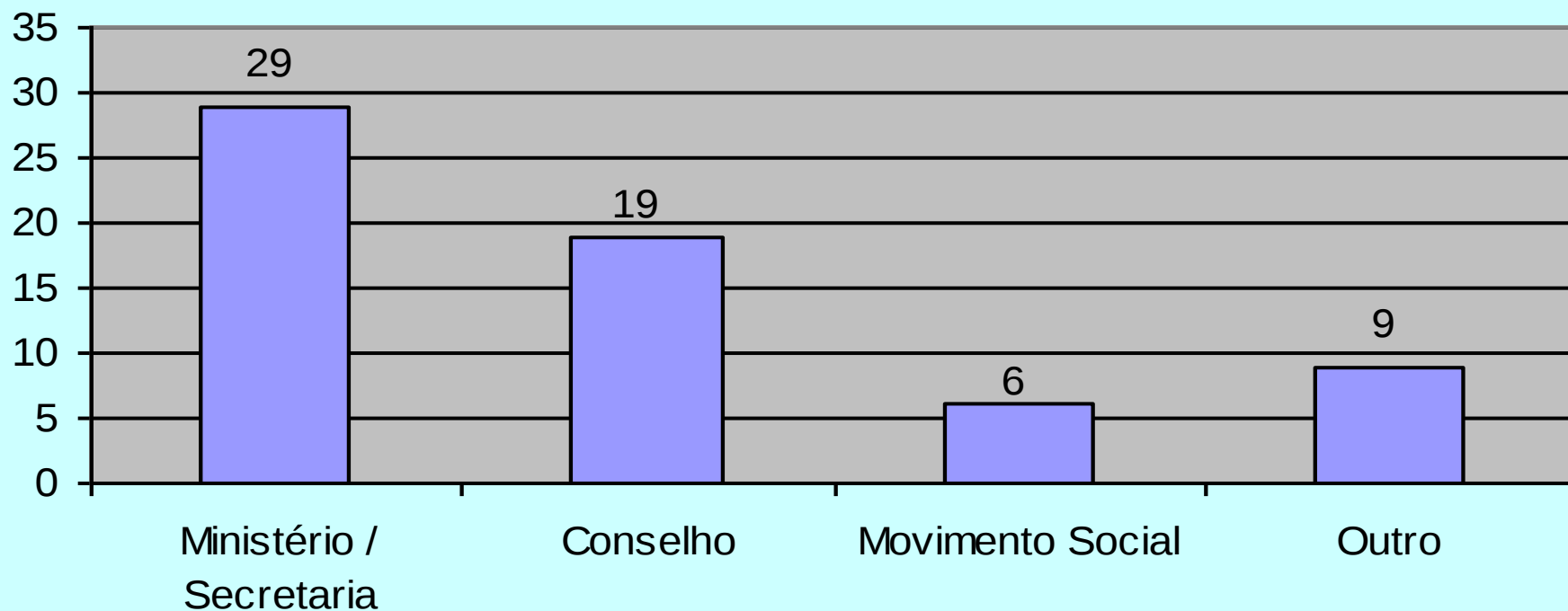
Fonte: SG-SNAS - Pesquisa das Conferências Nacionais

Elaboração: Secretaria Geral - PR/Secretaria Nacional de Articulação Social



CONFERÊNCIAS

Principais Responsáveis pela Realização da Conferência



Fonte: SG-SNAS - Pesquisa das Conferências Nacionais

Elaboração: Secretaria Geral - P R/Secretaria Nacional de Articulação Social



CONFERÊNCIAS

Tabela 1 – Público das Etapas Nacionais

	N.º de Pessoas
Total	43.515
Participação Média	1.415
Participação Máxima	3.000

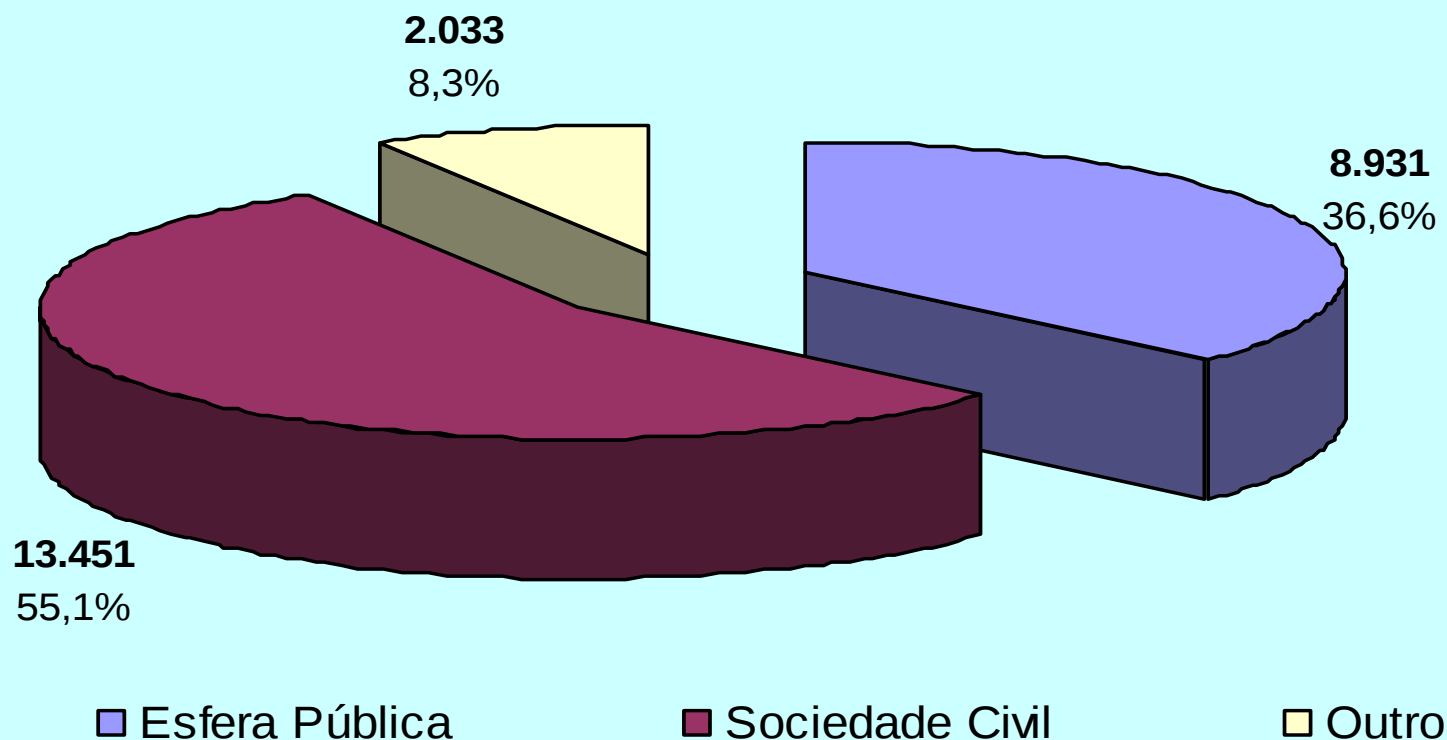
Fonte: SG-SNAS - Pesquisa das Conferências Nacionais

Elaboração: Secretaria Geral - PR/Secretaria Nacional de Articulação Social



CONFERÊNCIAS

Divisão dos Delegados participantes da Etapa Nacional das Conferências



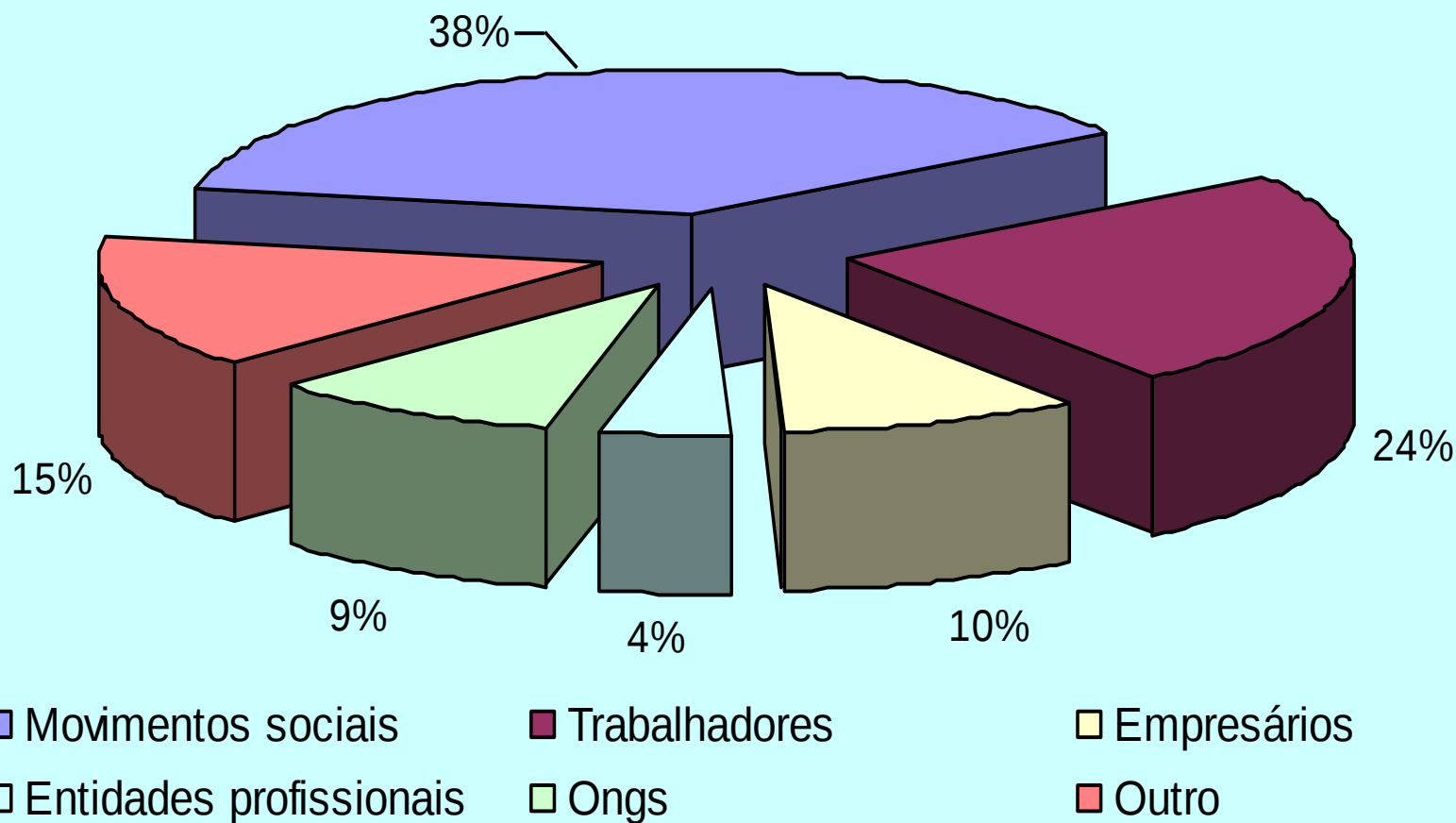
Fonte: Questionários das Conferências Nacionais

Elaboração: Secretaria Geral - PR/Secretaria Nacional de Articulação Social



CONFERÊNCIAS

Participação da Sociedade Civil nas Conferências



Fonte: SG-SNAS - Pesquisa das Conferências Nacionais

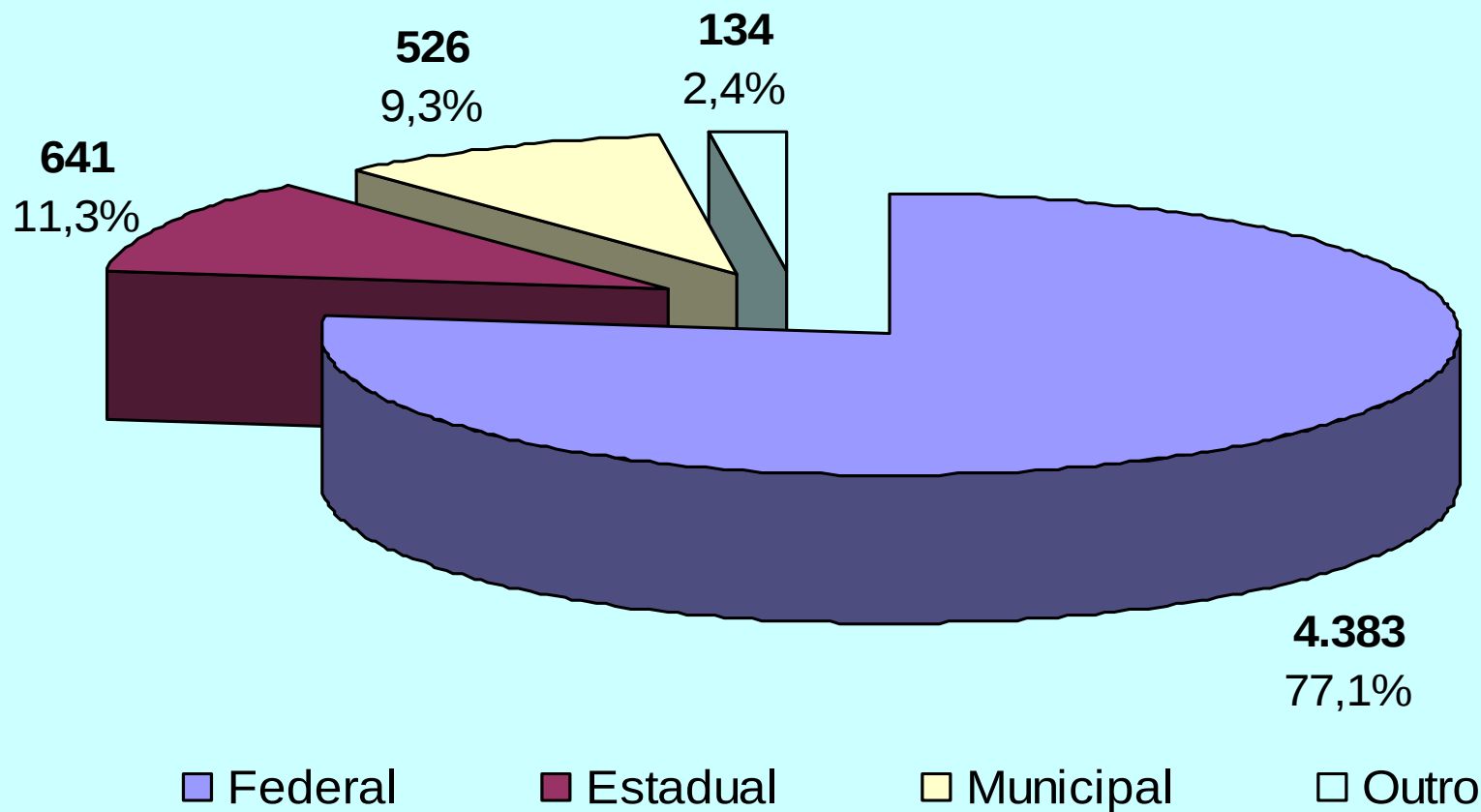
Elaboração: Secretaria Geral - PR/Secretaria Nacional de Articulação Social





CONFERÊNCIAS

Número de Resoluções e sua Divisão por Entes da Federação



Fonte: Questionários das Conferências Nacionais

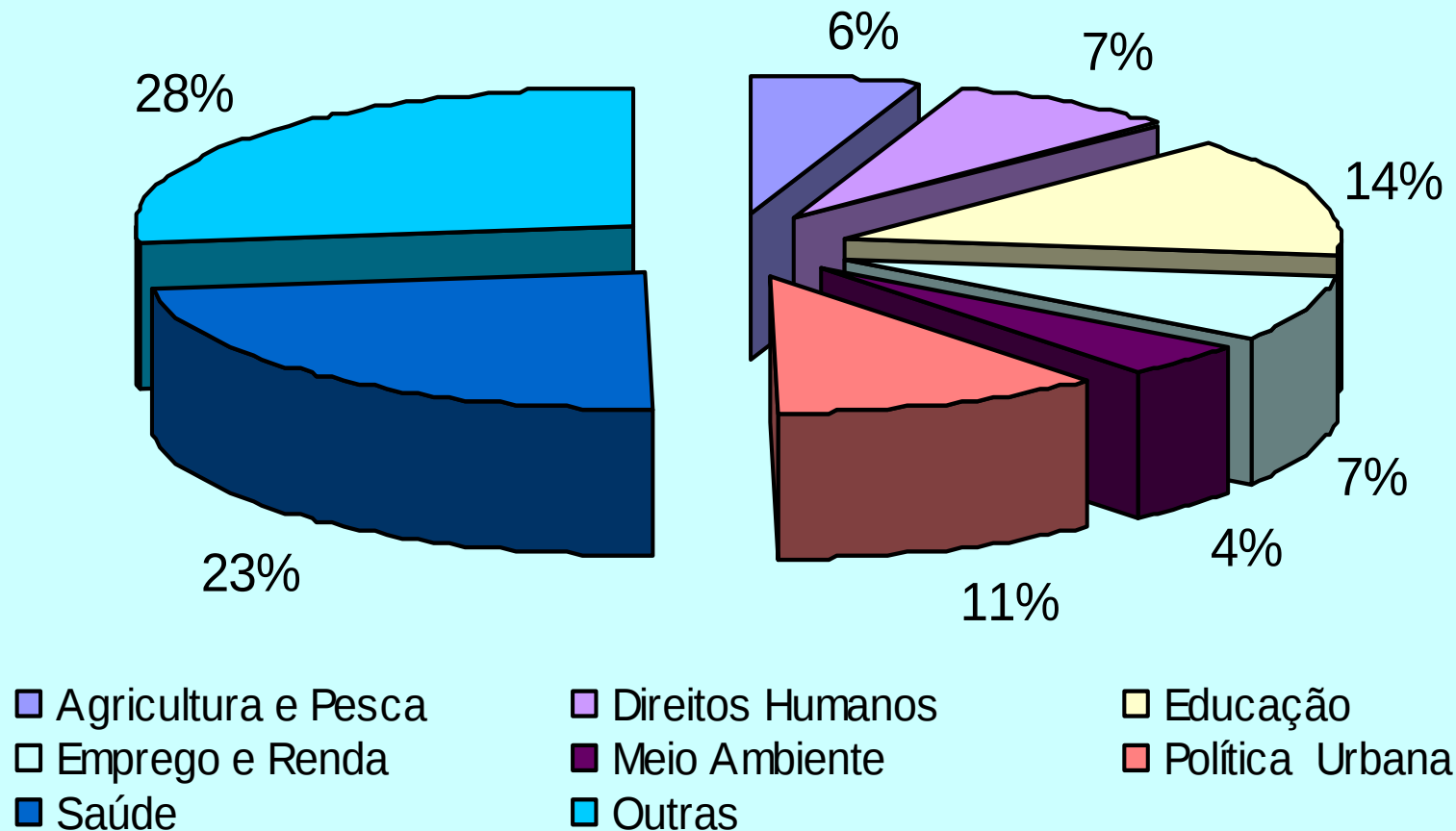
Elaboração: Secretaria Geral - PR/Secretaria Nacional de Articulação Social





CONFERÊNCIAS

Proporção de Deliberações de Competência Compartilhada, segundo Principais Eixos Temáticos



Fonte: SG-SNAS - Pesquisa das Conferências Nacionais

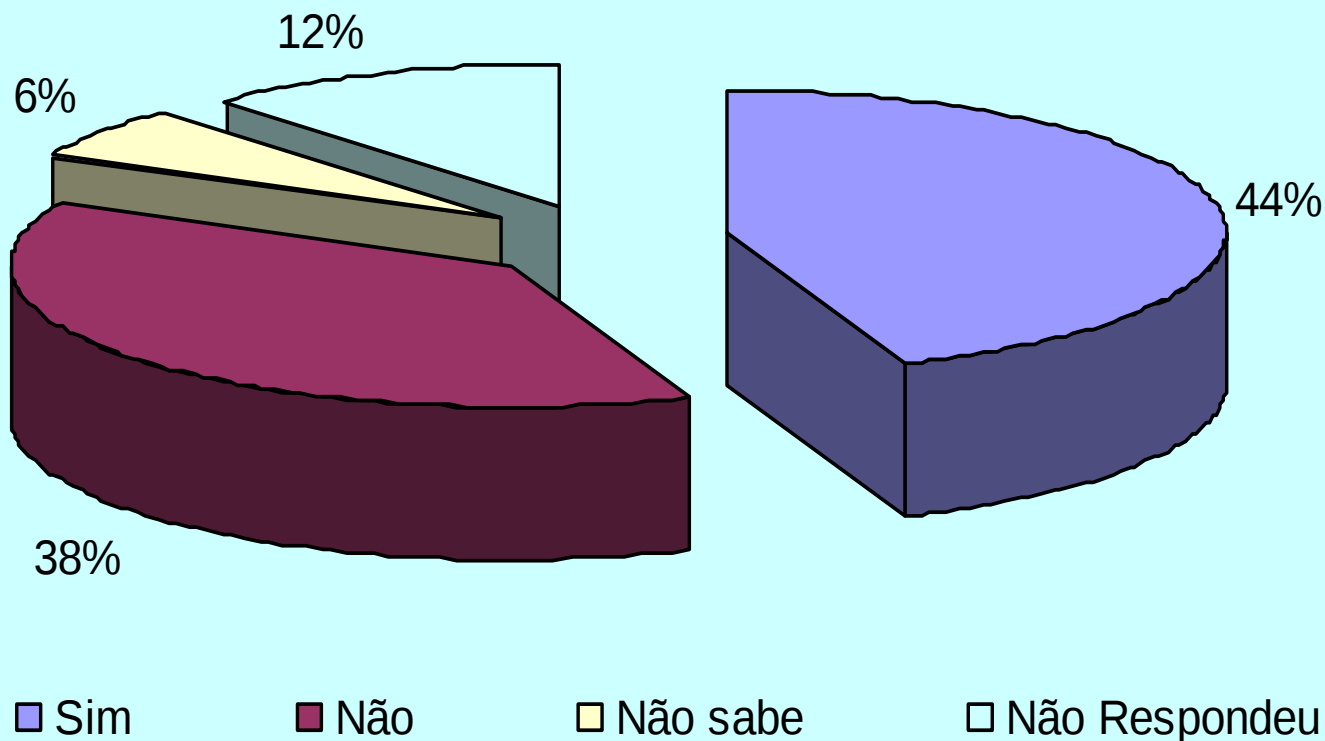
Elaboração: Secretaria Geral - PR/Secretaria Nacional de Articulação Social





CONFERÊNCIAS

As Resoluções/Deliberações estão contempladas no Plano PluriAnual - PPA (2004/2007)?



Fonte: SG-SNAS - Pesquisa das Conferências Nacionais

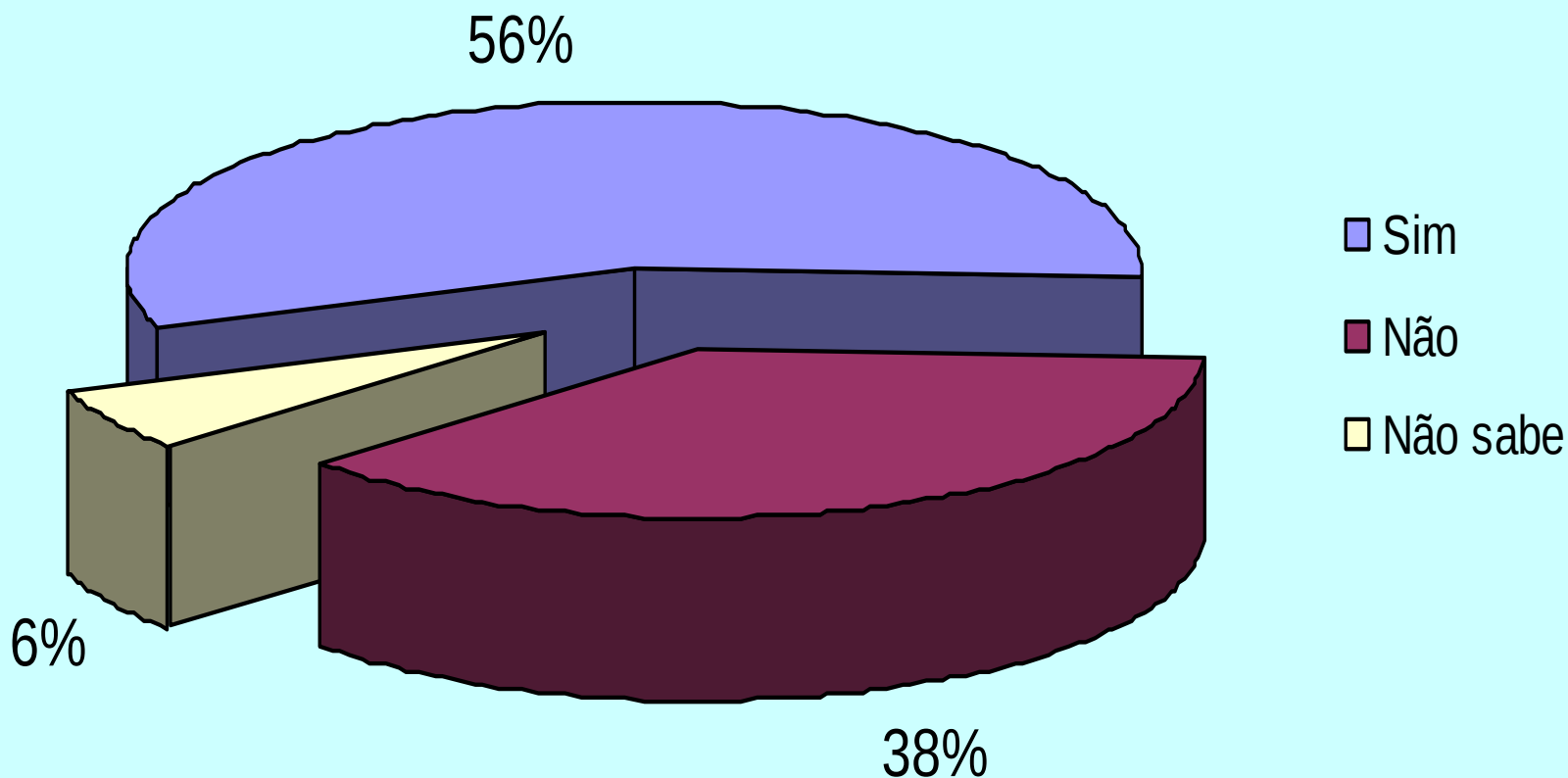
Elaboração: Secretaria Geral - PR/Secretaria Nacional de Articulação Social





CONFERÊNCIAS

Há algum encaminhamento que vise à inclusão das resoluções/deliberações não contempladas no Próximo PPA?



Fonte: SG-SNAS - Pesquisa das Conferências Nacionais

Elaboração: Secretaria Geral - PR/Secretaria Nacional de Articulação Social



Conselhos

- Os Conselhos Nacionais são espaços públicos de participação da sociedade e do poder público, que garante um maior debate na construção e na execução das políticas públicas e maior controle e transparência das decisões governamentais relacionadas a determinadas políticas e programas.
- São considerados “novas formas de participação política no processo de tomada de decisão do Estado”.
- Pode se dizer que a partir dos conselhos, a tradicional forma centralizada de gestão das políticas públicas perdeu sua hegemonia e o Estado tornou-se mais transparente e permeável às demandas sociais



Avanços da Participação Social 2003-2006

Fortalecimento e Abertura de Novos Canais de Participação social na esfera pública federal:

12 novos Conselhos foram criados no período de 2003-2006

- 1. Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE**
- 2. Conselho Nacional de Economia Solidária**
- 3. Conselho Nacional do Trabalho**
- 4. Conselho Nacional do Programa Primeiro Emprego**
- 5. Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA**
- 6. Conselho Nacional de Juventude - CNJ**
- 7. Conselho das Cidades**
- 8. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES**
- 9. Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI**
- 10. Conselho Nacional do Esporte**
- 11. Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção**
- 12. Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR**





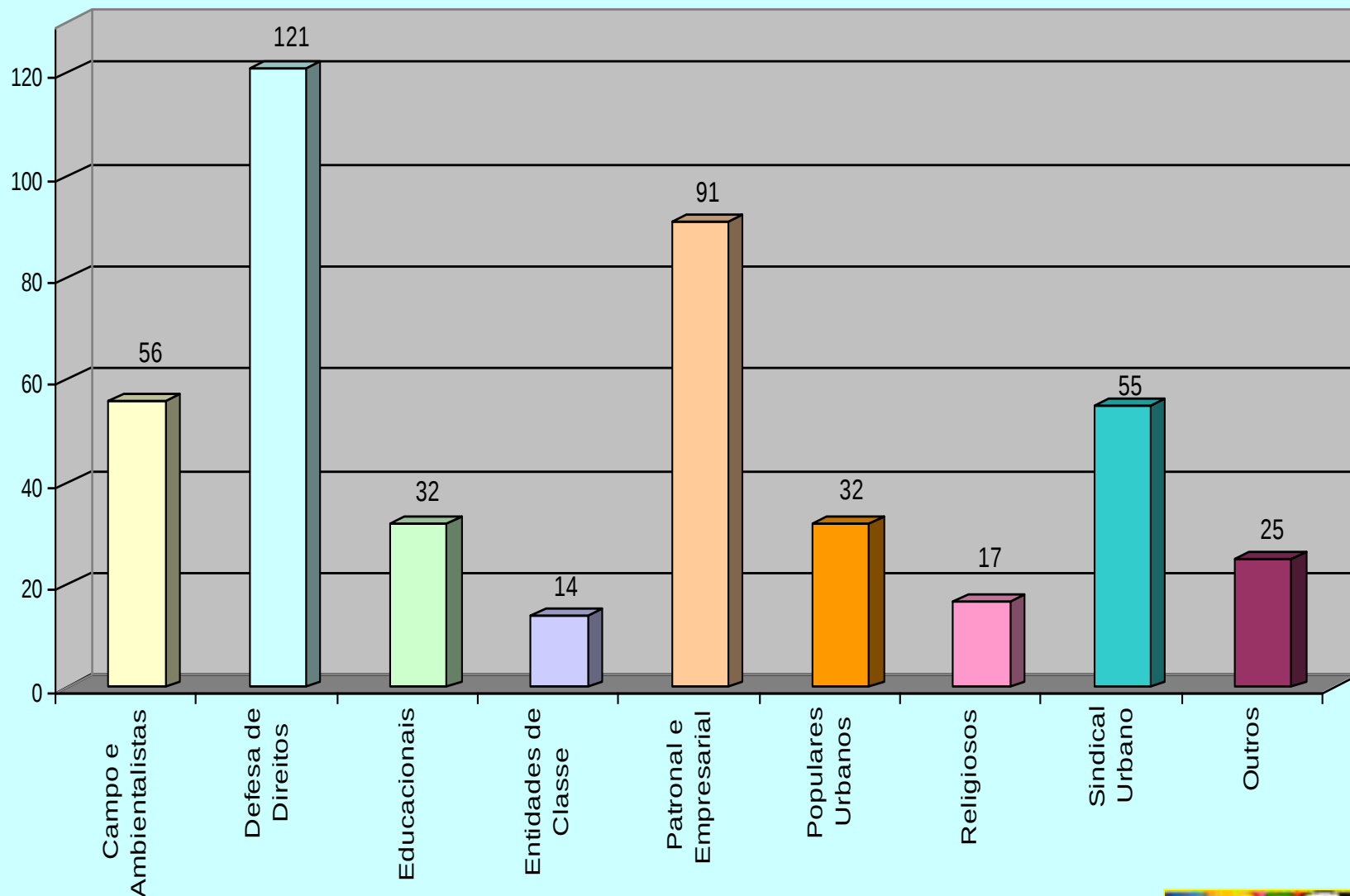
RESUMO DA PESQUISA DOS CONSELHOS

- Ministérios que Possuem Conselhos: 33
- Total de Conselhos nesses ministérios: 86 (2,6/1)
- Ministérios c/ Conselhos com Participação Social e de Políticas Públicas e Proteção de Direitos: 23
- Proposta Inicial de Conselhos que participariam do elaboração do PPA: 34
- Total de Entidades que participam desses Conselhos: 443
- Número de Participações dessas entidades em Conselhos: 611



CONSELHOS

Categoria de Representação das Entidades da Sociedade Civil que Participam dos Conselhos Nacionais



Fonte: Pesquisa nos sites de Ministérios

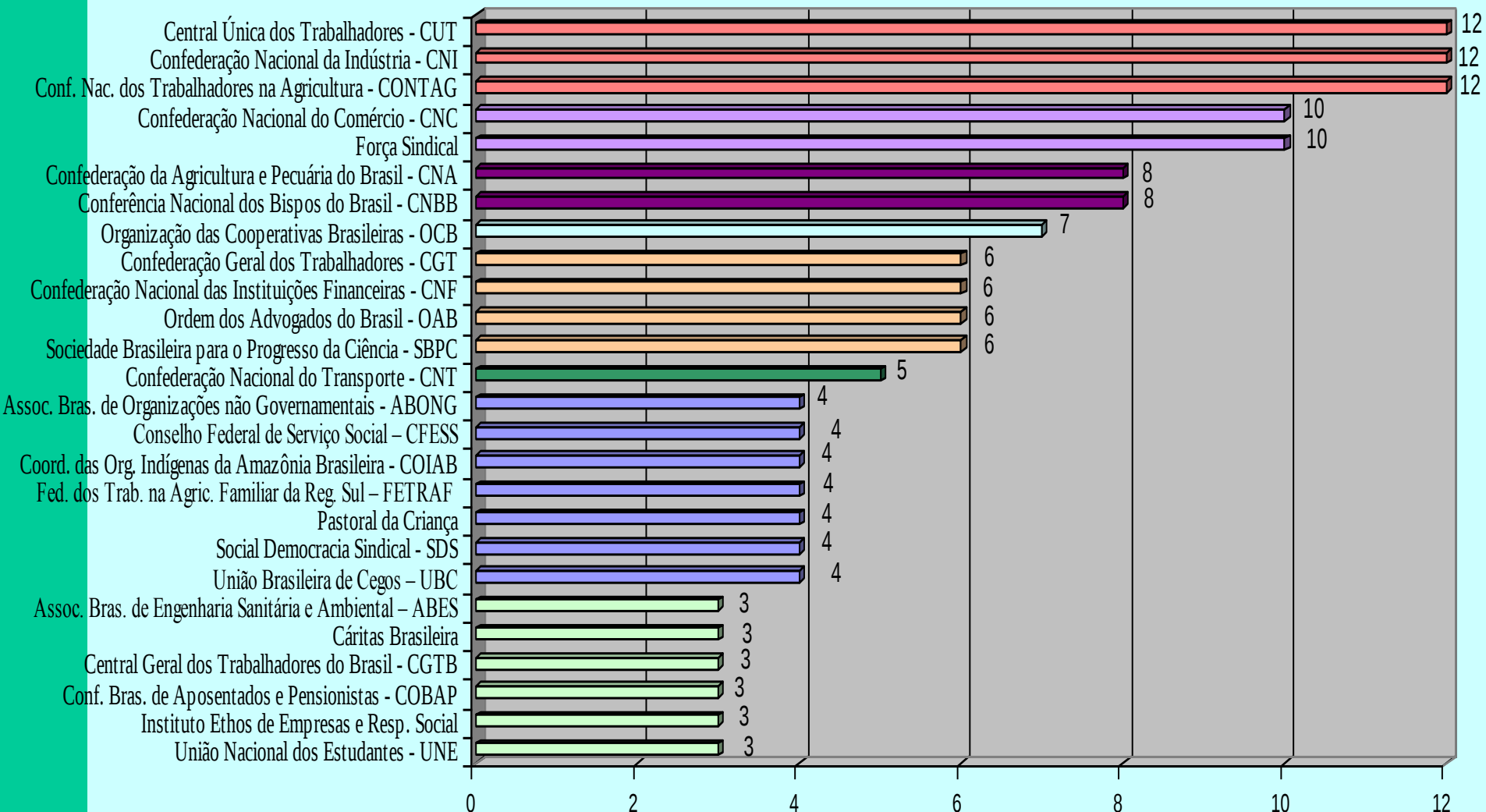
Elaboração: Secretaria Nacional de Articulação Social - SNAS/SG/PR





CONSELHOS

ENTIDADES QUE PARTICIPAM DE TRÊS OU MAIS CONSELHOS NACIONAIS



Fonte: Pesquisa nos sites de Ministérios

Elaboração: Secretaria Nacional de Articulação Social - SNAS/SG/PR





Além disso, outros espaços de participação social foram criados e dinamizados no período de 2003 a 2006.

- **A realização de Audiências e Consultas públicas**, destacando-se, principalmente aquelas vinculadas às temáticas de meio ambiente como o Plano de Construção das BR 163 e BR 364, o Plano Amazônia Sustentável – PAS, o Plano Nacional de Recursos Hídricos, dentre outras.
- **Ampliação das ouvidorias** (de 40 para 130).
- **Mesas de Negociação**: Plano Safra, Reforma Universitária, Salário mínimo,
- **Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul**, envolvendo, em 2005, mais de 1500 representantes da sociedade civil.



PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO PPA

Reunião SG-PR/MP para iniciar o processo de Elaboração do PPA com participação Social

Secretários Executivos dos Ministérios

Reunião com os Ministérios e Conselhos, para apresentação da Metodologia de Trabalho e sugestão da criação de Comissão mista para participar da elaboração do PPA

SPOA

Conselhos

Comissão

Secretário-executivo ou Presidente

Cada Ministério a partir da Metodologia Geral definirá sua Metodologia específica levando em conta suas peculiaridades, encaminhando-a à SG-PR

Metodologia Geral

Metodologia Específica

Metodologia Específica

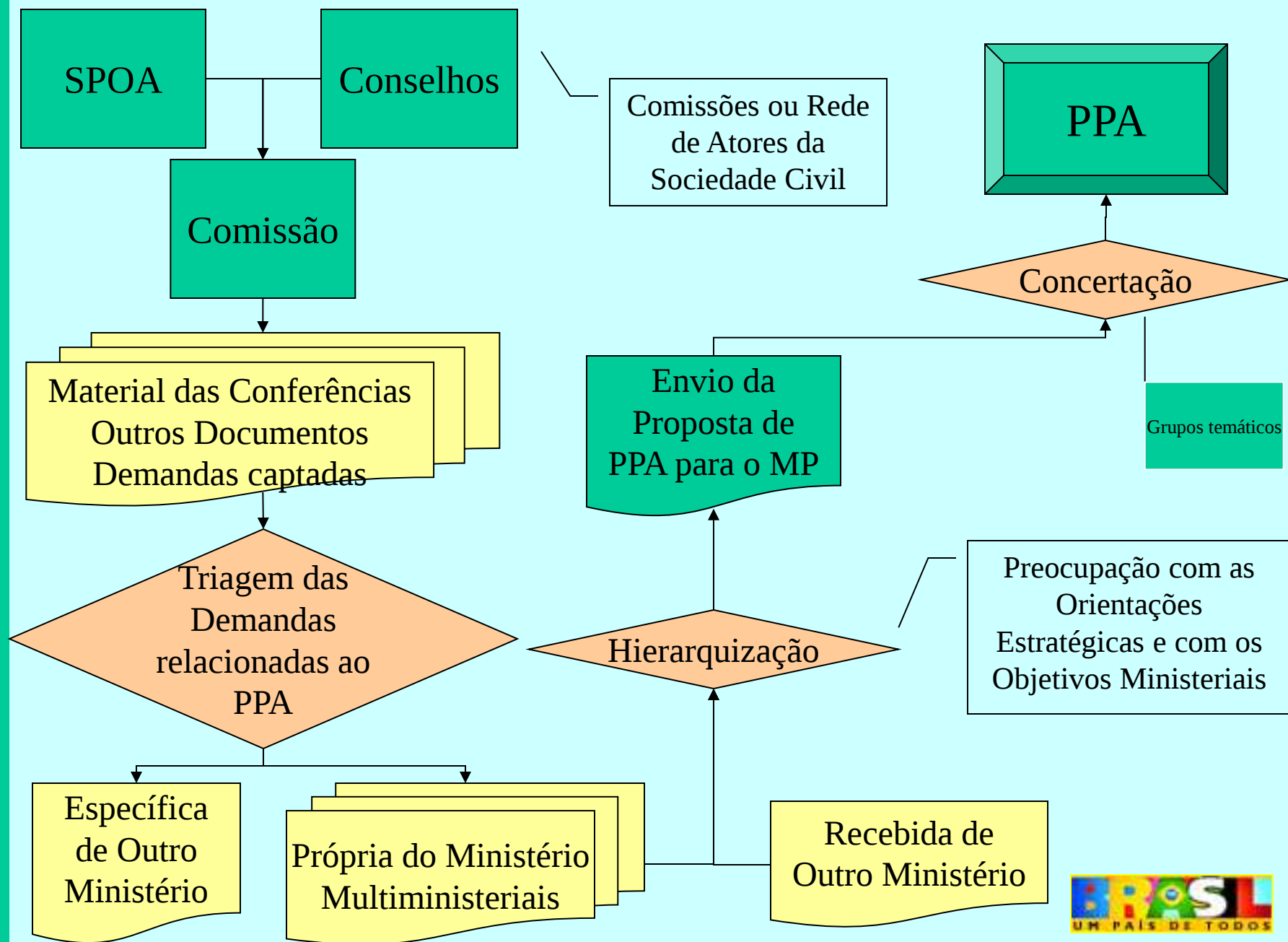
Metodologia Específica

Secretaria-Geral





METODOLOGIA GERAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL





Instituição do Grupo de Trabalho

- **Instrumento:** Decreto S/N – de 1º de Março de 2007
- **Objetivo:** elaborar proposta de participação social no acompanhamento da elaboração e execução do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA.
- **Prazos:**
 - **Relatório Final:** 90 dias após nomeação.
 - **Constituição do Fórum:** 60 dias após a aprovação do Relatório final pelos Ministros



Instituição do Grupo de Trabalho

- Atribuições:

I - definição da forma e do escopo da participação social no acompanhamento da elaboração e execução do PPA, da LDO e da LOA;

II - constituição de Fórum Permanente de Acompanhamento da elaboração e execução do PPA, da LDO e da LOA, com sugestões acerca de sua atribuição, composição, vinculação, funcionamento e eleição dos representantes da sociedade civil; e

III - proposição de forma e de procedimento de acesso da sociedade civil ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - Sigplan.



Composição do Grupo de Trabalho

GOVERNO

- a) Secretaria-Geral da Presidência da República;
- b) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; (Coordenador)
- c) Ministério da Fazenda; e
- d) Casa Civil da Presidência da República;

SOCIEDADE CIVIL

- a) Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais - ABONG;
- b) Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB; e
- c) duas outras entidades a serem definidas pela Secretaria-Geral da Presidência da República.